



Anais da Assembléia

N.º 14

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 22 DE MARÇO DE 1982

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 12ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 1982.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados José Domingos Scarpelini e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aírton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cherigate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido nesta Capital, no dia 19 do corrente, do Dr. Henrique Knopfholz, ilustre engenheiro, sócio da renomada empresa Construtora Sion, deixando viúva a Senhora Rosalina Flacks Knopfholz, o filho Engenheiro Dario Knopfholz, além dos irmãos Marcos Knopfholz, Regina Kaufmann, Amália Zlotnik e Nathan Knopfholz.

Cidadão estimado nos círculos empresariais e figura de realce da sociedade curitibana, mantinha estreitas ligações com as lideranças da nossa comunidade, tanto que o Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Recursos Humanos, Dr. Segismundo Morgenstern, é seu sobrinho. A lacuna que o Engenheiro Henrique Knopfholz deixou entre nós, será por muito tempo sentida em todos os meios onde exercia suas atividades profissionais.

Requer, ainda, que desta manifestação de sentimento pela perda do inesquecível paranaense, seja dado conhecimento à digna família enlutada.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1982.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

No uso de suas atribuições regimentais, o Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, VOTO DE PROFUNDO PESAR pelo falecimento do ex-Prefeito de Paranaguá, Sr. BRASÍLIO ABUD, ocorrido no dia 20 de março de 1982.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1982.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

Paranaguá e seu povo estão de luto. Faleceu no último sábado (20/03/82) o ex-Vereador e ex-Prefeito, Sr. Brasília Abud.

Político com "P" maiúsculo, foi Vereador por duas vezes, de 1951 a 1955 e de 1955 a 1959.

Em 1963 elegeu-se Prefeito, sendo empossado em 08 de dezembro do mesmo ano.

Inexplicavelmente, em 07 de abril de 1964, para surpresa de toda Paranaguá, era anunciada sua cassação, pelo movimento de março daquele ano.

BRASÍLIO ABUD engrandeceu e deu força à política brasileira. Perda irreparável para todos nós.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar à família enlutada pelo falecimento de Brasília Abud, ex-Prefeito de Paranaguá, cujo passamento ocorreu no último sábado, dia 20 do corrente mês, na mencionada cidade.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1982.

(a) RENATO BUENO.

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Brasília Abud nasceu no Rio de Janeiro, em 25 de janeiro de 1917, tendo vindo para Paranaguá com sua família, aos cinco anos de idade.

Fez seus estudos na tradicional cidade do litoral. Na juventude ainda abraçou o comércio como profissão e nele permaneceu durante toda sua existência. Por vinte anos dirigiu a Farmácia São Lázaro, de sua propriedade, que tinha uma particularidade: nela adquiriam os medicamentos quem podia pagá-los e também os carentes que não tinham dinheiro para aviar suas receitas.

Brasília Abud, além de suas atividades empresariais, exerceu destacada atuação política, que o fez Vereador por 16 anos consecutivos, a partir de 1951, o que bem demonstra o bom desempenho dos mandatos com que soube o povo parnanguara prestigiá-lo.

Em novembro de 1963 elegeu-se Prefeito de Paranaguá, tendo permanecido no cargo até março de 1964.

Brasília Abud, homem extremamente simples, era respeitado pelas suas virtudes de caráter e dotes de bondade. Paranaguá, com sua repentina morte, perde um dos mais autênticos líderes.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário, REQUER seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Brasília Abud, ocorrido ontem na Cidade de Paranaguá.

O extinto era pessoa de mais alta respeitabilidade. Foi Vereador à Câmara e Prefeito Municipal daquela cidade, eleito pelo voto direto. Foi também fundador do Diretório Municipal do Partido Trabalhista Brasileiro em Paranaguá.

O desaparecimento do Sr. Brasília Abud causou geral consternação no seio da sociedade parnanguara dadas as suas qualidades de político de grande expressão, de homem honesto e trabalhador e chefe de família exemplar, virtudes que o tornaram credor da simpatia e admiração de todos aqueles que tiveram a ventura de desfrutar de sua amizade.

Requer, outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1982.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se a Sua Excelência Reverendíssima Dom Jaime Luiz Coelho, Arcebispo Metropolitano de Maringá, enviando àquela autoridade eclesiástica, sinceros votos de congratulações desta Casa, pela passagem, no último dia 21, do Jubileu de Prata de sua Ordenação Episcopal, comemorado festivamente em toda Diocese de Maringá, bem como manifestar, com inserção em Ata, nosso júbilo pelos seus 40 anos de Sacerdócio.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1982.

(a) ANTÔNIO FACCI.

JUSTIFICATIVA:

Para justificar a presente homenagem, passa a fazer parte integrante do presente requerimento, a carta sob o título "O Amor Filial de Um Sacerdote" inserida na página 33, da revista "Os vinte e cinco anos da Diocese de Maringá", subscrita pelo Padre Ângelo Banki, pároco da Igreja em Paçandu, Diocese de Maringá, que retrata com rara felicidade o amor devotado pela população ao querido Arcebispo Dom Jaime Luiz Coelho.

O AMOR FILIAL DE UM SACERDOTE

Querido Arcebispo Dom JAIME LUIZ COELHO
"IN OMNIBUS CHRISTUS"

Está se aproximando a faustosa efeméride, 21 de março de 1982, quando elevaremos, todos juntos, o "TE DEUM" de infinitas ações de graças pelo jubileu de prata, 25 anos de sua Ordenação Episcopal, 25 anos de instalação Canônica da Diocese de Maringá, os 25 anos de seu Ministério Episcopal nesta amada Igreja que está em Maringá e que tanto ama e admira a Vossa Reverendíssima.

Efeméride em que lembraremos "DONA GUILHERMINA", exemplo de santa, de mãe estremeçada e forte, com a dedicação do Pavilhão do Seminário Arquidiocesano, a ela que foi a mãe carinhosa e santa da Arquidiocese, dos seminaristas,

religiosos e sacerdotes.

Parabéns, Dom Jaime!

É uma efeméride grandiosa pelo volume de obras e pelo acendrado amor e fé inabalável e ardorosa com que V. Revma. se devotou ao serviço de Deus e da santa igreja.

Eu, como simples vigário de Paçandu, quero parabenizá-lo muito de coração por estas Bodas de Prata.

Dom Jaime nos é muito querido ao coração.

"Unus cum Summo Pontífice": exemplo luminoso de devoção ao Santo Padre o Papa e de docilidade sobrenatural ao Supremo Vigário de Cristo na terra, o Papa, sucessor de Pedro Apóstolo.

Todos estamos agradecidos a Deus pelo "carisma da palavra" que Deus lhe concedeu, palavra repleta de unção divina, palavra brilhante, inteligente e gostosa de ser ouvida, seja na televisão semanal, seja nas assembléias arquidiocesanas, nos Cursilhos, nas Visitas Pastorais, nos sermões.

Apóstolo dos meios de comunicação social, admirado por todos, levando sábias orientações pastorais, pela TV até outros Estados e nações vizinhas.

Defensor dos padres em artigos contundentes, na imprensa falada e escrita.

Grande devoto da Santíssima Eucaristia, da Devoção ao Sagrado Coração de Jesus, de Nossa Senhora e São José.

Administrador de gabarito, frente à Arquidiocese por 25 anos, administração impecável, sábia e de peregrina visão do futuro.

Amigo dos sacerdotes, religiosos, seminaristas.

Grande entusiasta da obra das vocações, com seu lema "Cada paróquia com seu seminarista" e acompanhamento proporcionado aos jovens levitas do santuário, em "Emaús", em Curitiba.

A pastoral sempre afinada com a pastoral de Medellín e Puebla, com a CNBB.

Dom Jaime, parabéns pelos seus 5 lustros de santa, luminosa e profícua gestão frente à Diocese de Maringá. Dom Jaime tem elevado bem alto o nome de Maringá e levado a todos os recantos do Brasil pela sua atuação nas Conferências Episcopais e à frente da Arquidiocese.

Maringá muitíssimo deve a Dom Jaime, em todos os setores, pela sua personalidade marcante e plurivalente, pelo seu trabalho estrênuo nestes 25 anos.

Dom Jaime viu Maringá despontar e acompanhando "pari-passu" o seu caminhar, o seu vertiginoso progresso.

"Professor Honoris Causa" da Universidade Estadual de Maringá.

Escritor primoroso, de estilo moderno, caudaloso em pensamentos sábios, argumentação impecável

de uma lógica aristotélica.

Paladino incansável na defesa da família, de Sua Santidade e indissolubilidade.

Nesta efeméride aureolada de glória e incontáveis conquistas, a gente se rejubila intensamente e de coração agradece a Deus, pela intercessão de Maria Santíssima e de São José, por estes 25 anos de eflúvio de graças recebidas.

E a Catedral de Nossa Senhora da Glória, de Maringá, o décimo monumento mais elevado do mundo com seus 124 metros de altura.

Eternizará a memória de Dom Jaime.

Munumento de fé, construído pela fé e convidando à fé em Deus Pai, à oração incessante e à elevação do coração e do pensamento ao Infinito, que é o Deus Altíssimo.

Parabéns, Dom Jaime, parabéns.

Encerrando estas singelas palavras, ditadas pela amizade e admiração que dedico a Vossa Reverendíssima, peço a sua bênção sobre o meu sacerdócio e sobre meus queridos paroquianos e especialmente sobre os membros do Apostolado da Oração da Arquidiocese.

Humilde servo nos Corações de Jesus e Maria.

(a) Pe. Ângelo Banki

Pároco de Paçandu

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Dr. FRANCISCO FONTANA, Secretário do Interior, solicitando providências no sentido de que seja implantado o Sistema de Discagem Direta Internacional – DDI, na sede do Município de Altônia.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1982.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA.

O presente requerimento tem por objetivo dar sequência ao trabalho empreendido pela Associação Comercial e Industrial de Altônia, que através de seu dinâmico presidente, Dr. Jonathan Pliacekos, vem desenvolvendo intensa movimentação, buscando alcançar mais esta melhoria para aquele município.

Altônia conta hoje com cerca de 400 terminais telefônicos, comerciais e residenciais, já ligados ao sistema DDD, mas ressentem-se da ausência do sistema de DDI, o que, aliás, viria colocar aquele município ao lado dos mais desenvolvidos de nosso Estado, posição que merece, face a sua pujança econômica e social.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, vem com o devido acatamento, solicitar, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao INCRA e ao Instituto de Terras e Cartografia do Paraná, solicitando a urgente regularização da área situada na localidade de Esquina Céu Azul, Município de Santa Helena, onde residem aproximadamente 15 famílias, muitos há mais de 15 anos.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1982.

(a) NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

Os Srs. Armino Hoppe, Germano Hoppe, Francisco Dunke, Evaldino Benone, Ronaldo Hakmann, Hélio Simin, Luiz Dalbocer, Roque João Simotto, Edmundo Kunkel, Levino Konradt e Sofreno A. Bolt, encontram-se muitos há mais de 15 anos residindo na área acima citada à espera que seja conce-

dida pelo INCRA ou ITC a definição dominial aos moradores, bem como a área ocupada pela Capela Nossa Senhora Aparecida e pelo cemitério. Representantes do INCRA estiveram na área e dois anos atrás, prometendo a concessão dos títulos dominiais aos moradores, o que não aconteceu até hoje e isso tem causado muitas dificuldades, pois sem a definição por parte dos organismos oficiais, os agricultores estão à margem de qualquer crédito ou assistência oficial.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, usando de suas atribuições regimentais, REQUEREM à Mesa, após ouvido o Plenário, oficie-se aos Secretários de Estado da Educação e de Recursos Humanos, sejam promovidos por avanço vertical nos termos do Decreto nº 3105, de 24/10/80, da Resolução número 979, de 13/05/81 e do Edital número 16/81, de 25/08/81, os professores estáveis pela Lei número 6819/76.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1982.

(aa) ANTÔNIO FACCI

VALDUGA

JUSTIFICATIVA:

Mais de 400 professores estáveis pela Lei 6819/76, deixaram de ser promovidos por avanço vertical em 27 de outubro de 1981, quando o Governo do Estado publicou em Diário Oficial a relação nominal dos promovidos para a classe "D", nível de vencimento 4, por força da Resolução 10751, de 18/11/81, da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos.

Embora tais professores tenham solicitado dentro do prazo hábil essa promoção, preenchendo formulário próprio, anexando documentação necessária e protocolando os pedidos nas Inspetorias Regionais de Ensino, conforme orientação da própria Secretaria de Estado da Educação, entretanto não foram promovidos até a presente data, para a classe a que tinham direito, isto é, para a classe D, nível 4.

A Lei 6819/76, que reconheceu a estabilidade desses professores, prevista pelo parágrafo segundo do artigo 177, da Constituição Federal de 1967, diz em seu artigo quarto:

"Aplicam-se a estes servidores as normas do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Paraná e da Legislação específica do Magistério".

A legislação específica do Magistério compreende, entre outras leis, a Lei Complementar 07/76, que é o Estatuto do Magistério Público do Estado do Paraná, a Lei Complementar 24, de 23/12/81, e a Lei Federal número 5692/71.

A Lei Complementar número 07/76, dispõe, em seus artigos 10, parágrafo quarto, 32, parágrafo segundo, alínea B, 34 e 35, e nos Anexos I-A e II-A, sobre a promoção vertical "por habilitação", de professores, que foi regulamentada pelo Decreto número 3105, de 24/10/80, e que foi objeto da Resolução número 979, de 13/05/81, e do Edital número 16/81, de 25/06/81, que determinou prazo e local de inscrição dos candidatos interessados na promoção vertical por habilitação.

Cabe esclarecer que, por disposição da Lei número 6819/76, esses professores foram estabilizados com retribuição mensal equivalente à do nível 20, ou à do nível 21, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo, conforme a habilitação que possuíam à data da lei.

Advindo a Lei Complementar 07/76, os professores já estabilizados, optaram pelo regime de 22 horas semanais e foram enquadrados, de acordo com o estatuto em vigor, na classe C, nível 3. E os que eram estabilizados após a Lei 7/76, também fizeram opção pelo mesmo regime, já na data da posse, e foram enquadrados também na Classe C, nível 3.

Recentemente, o Governo do Estado convalidou o direito desses professores com respeito aos benefícios do Quadro Próprio do Magistério; promoveu todos os professores estáveis por avanço diagonal, sendo que vêm percebendo tais bene-

fícios desde o dia 1.º de janeiro do presente ano, após requerimento aprovado por esta Casa de Leis no final de 1980, e encaminhado aos mesmos Secretários de Estado a quem se destina o presente requerimento.

Ora, se até hoje não se fez qualquer objeção jurídica de enquadrar tais professores nos termos do Estatuto do Magistério, se estão percebendo vantagens do avanço diagonal, por que razão negar aos mesmos o direito da promoção vertical?

Nem cabe, no presente, qualquer medida discriminatória de promover uns e deixar outros para a próxima época de promoções, sob a alegação de que não entraram com qualquer recurso posterior ao indeferimento dessa promoção. Pois, a administração pública não deu ciência aos interessados sobre a negação dessa promoção, nem tão pouco publicou, em Diário Oficial, os nomes dos indeferidos no caso.

Portanto, descabe qualquer razão jurídica que tente impedir a concessão da promoção vertical por habilitação a esses professores, estáveis pela Lei 6819/76, que se encontram amparados pela Lei Complementar n.º 7/76, fundamento legal da promoção pretendida.

É, pois, direito líquido e certo a promoção vertical desses professores, como injusta a situação em que se encontram, face às promoções dos demais professores, sem que aos mesmos se conceda a promoção merecida.

Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI N.º 25/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — A contribuição do funcionário aposentado ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - IPE, fica estabelecida nos mesmos percentuais fixados pela previdência social federal, e se destina ao custeio da assistência médica.

Parágrafo único — Os percentuais de que trata este artigo, acompanharão as futuras alterações introduzidas pela previdência social federal.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1982.

a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

De início, cumpre afastar deste projeto a suspeita de inconstitucionalidade, por vício de iniciativa, que costuma ameaçar toda medida proposta por deputado, que envolva direta ou indiretamente a categoria dos funcionários públicos.

É verdade que a Constituição do Estado, retratando preceito da Lei Maior, atribui exclusividade ao Poder Executivo no trato de matéria de que resulte alteração do regime jurídico ou implique em vantagem ao servidor. E o faz com tanta ênfase que destinou três longos dispositivos com esse intento.

Aqui, no entanto, não se trata de questão relacionada com tal reserva de poder. Longe disso. Trata-se, isto sim, de disciplinar um comando constitucional de natureza programática, que se consubstancia no inciso I, do Art. 77, da Carta Estadual. Nessa regra, impõe-se ao Estado o dever de promover o bem-estar e o aperfeiçoamento físico, intelectual e moral dos funcionários e de suas famílias. Entre outros cometimentos, encontra-se a previdência e a assistência médico-dentária.

Assim, colocado na Carta como princípio geral de política social, segundo a melhor doutrina, não se deixa aprisionar por efeito de interpretação sistemática, no elenco de matérias cuja iniciativa a Carta reservou expressamente e casuisticamente ao Poder Executivo.

A constitucionalidade do presente projeto, pelo visto, não deixa margem a qualquer dúvida fundada.

O segundo aspecto que pede realce é o da discrepância entre o critério adotado pelo Estado e o vigente na previdência

social federal.

Enquanto o funcionário do Estado ao se aposentar permanece contribuindo com oito por cento (8%), não mais dos seus vencimentos e vantagens a ele acrescidos, mas sobre o total da remuneração (proventos) que é sempre superior, o segurado da previdência social federal pára de contribuir para a aposentadoria. Para efeito do custeio da assistência médica, e somente para essa finalidade, recentemente se fixou a escala de descontos, iniciando em 3% até 5% do valor da aposentadoria, conforme o número de salários mínimos que ela comporte (Resolução n.º 116, de 08 de janeiro de 1982, do MPAS-IAPAS).

Verifica-se, conseqüentemente, a existência de uma diferença de 3% a 5% entre a contribuição do funcionário estadual inativado e o filiado à previdência federal, na mesma situação.

Essa diferença não tem razão de ser. Considero-a injusta.

Isso porque o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - IPE, não paga os proventos do inativo. Quem paga é o tesouro estadual, ao passo que, no caso do filiado à previdência social federal, o ônus do pagamento recai sobre o INPS.

É verdade que a pensão atribuída à viúva, em hipótese de falecimento do funcionário aposentado, corresponde a sessenta por cento (60%) da remuneração e fica sob a responsabilidade do IPE, tanto quanto ocorre com a previdência federal.

Todavia, esse encargo é irrisório pela quantidade e, em geral, pela duração, já que o período útil de vida dos beneficiários nessa altura é bastante curto.

Eis a razão da justificativa deste projeto. Ela se pode resumir no seguinte intento: evitar que o funcionário, após trinta e cinco anos de serviço, ou trinta, ou vinte e cinco, conforme a atividade exercida ou o sexo a que pertence, seja punido financeiramente ao ser compelido a prosseguir contribuindo ao IPE, para custear um benefício que lhe é pago pelo Estado e, na maioria dos casos, a ver aumentada a contribuição tão somente para fazer jus à assistência médico-hospitalar.

Diante da evidente oportunidade e do notório alcance social do projeto, a categoria dos funcionários do Estado passa a aguardar confiante a acolhida e unânime aprovação por parte desta Casa de representantes do povo.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Senhor Presidente, Senhores Deputados, imprensa do meu Paraná.

Queríamos, primeiramente, fazer apenas um reparo, porque com jornal nós não brigamos. O jornal, "Diário do Paraná", deu uma notícia ligeiramente distorcida, onde dizia que nós iríamos perder a liderança de Carlópolis e a liderança de Carlópolis, por enquanto, nos pertence, por enquanto o "Diário do Paraná", não pode transmitir notícias falsas, porque ficaríamos numa situação dubia, ainda mais que sabemos que um colega nosso faz parte da Diretoria deste complexo jornalístico que toda vida nós admiramos. Nosso respeito ao "Diário do Paraná" e apenas uma reparação e queríamos dizer que não morde a este Deputado que fala, nenhuma represália, apenas, Sr. Presidente, apenas, Srs. Deputados, apenas, imprensa do Paraná e apenas o "Diário do Paraná" que divulgou notícia falsa.

Nós queremos exclusivamente que o Dr. Nivaldo Almeida, Secretário dos Transportes, faça a estrada de Tomasina a Salto do Itararé. Apenas o "Diário do Paraná" que nos atacou, apenas que o Secretário faça a estrada de Ribeirão do Pinhal a Jundiá do Sul, onde temos a satisfação de compartilhar com as lideranças políticas do Deputado Florivaldo Palácios, apenas que

as vozes desses Deputados se façam ouvidas pelos ouvidos moucos do Secretário Nivaldo Almeida. Nós apenas viemos aqui para dizer que pleiteamos um melhoramento para a nossa região, sem botarmos as quisilhas políticas com nossos companheiros e adversários que interferem em nossa região, porque a região do Norte Pioneiro é sabidamente liderada pelo Deputado Florivaldo Palácios, pelo ex-Deputado Aguinaldo Pereira Lima e por este Deputado que vos fala. Trouxemos de bandeja a vitória da ARENA e do PDS para esta Casa. Não podemos ser marginalizados, Sr. Presidente, quando votamos dinheiro para as agrovias e não temos satisfação do ilustre Secretário dos Transportes, onde o dinheiro deve ser aplicado equitativamente, onde os Deputados nada querem a não ser o dinheiro do povo, aplicado em benefício do próprio povo e que me perdoem os moços do "Diário do Paraná", faltaram com a verdade, porque o comando de Carlópolis pertence a nós. Poderá pertencer ao homem que sorrateiramente procura nos intrigar, mas enquanto fomos Deputado companheiros do Norte Pioneiro, para dizermos ao resto do Paraná, que haveremos de lutar pela nossa terra e pela nossa gente.

Revolta-nos, Sr. Presidente, quando vemos um jornal de um companheiro nosso nos atacando, quando vemos um jornal de propriedade de um Deputado Estadual nos atacando e mentindo, metendo, Sr. Presidente, porque quero desafiar ao jornalista que afirmou que é briga de comando político. Comando político de Carlópolis pertence a este modesto Deputado, Sr. Presidente, e que o Senhor Secretário dos Transportes, não faça ouvidos moucos, porque o que está correndo na minha região, é que se Saul Raiz não fizer, se Ney Braga não fizer, Richa há de fazer.

Então é esta a nossa revolta, Sr. Presidente, quando vemos um jornal que pertence a um amigo nosso, nos atacar, mentir, chamar de mentiroso o jornalista que disse que Carlópolis não é do meu comando, Sr. Presidente, queremos apenas que esta Casa transmitisse ao Secretário Nivaldo Almeida que quando notamos o problema das agrovias com críticas, com zelo da Bancada da Oposição...

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrado o tempo de Vossa Excelência.

O SR. GABRIEL MANOEL — Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

Tendo declinado, consulto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu horário.

Tendo declinado, consulto à Liderança do PTB.

Ausente, consulto à Liderança do PDS se deseja fazer uso do seu horário. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 121/81, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que autoriza o PODER EXECUTIVO doar à Prefeitura Municipal de Irati, área de terra pertencente ao Estado do Paraná, conforme específica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 127/81, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE ASSISTENCIAL DE NOSSA SENHORA DA APARECIDA, com sede em Rio Negro. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 155/81, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE CULTURAL SANTO INÁCIO", com sede e foro na cidade de Maringá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO — 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 117/81, oriundo de Parecer ao Projeto de Lei n.º 90/81, aprovado por maioria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica do Município de Guarapuava, para que a respectiva população se manifeste sobre a criação do Município de Turvo. — Aprovado.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação).

14 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 23, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 85/81.

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 106 e 141/81.

VOTAÇÃO — 1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 117 e 118/81.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1014, de 02 de março de 1982, deste Poder,

RESOLVE:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 62/82

autorizar ROSEMARY VIEIRA DE ALMEIDA, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Gabinete da Liderança do Governo, no período compreendido entre 1.º de janeiro de 1982 a 31 de janeiro de 1983, respeitando-se o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo n.º 082/81.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 63/82

autorizar GISELDA DOROTI LAMBERT CASTRO, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao gabinete da Diretoria Geral, até 31 de janeiro de 1983, respeitando-se o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo n.º 082/81.

(Protoc. n.º 1127).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 64/82

autorizar MARIA TEREZA CALDART, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Gabinete da 2a. Secretaria, no período compreendido entre 1.º de janeiro a 20 de agosto de 1982, respeitando-se o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo n.º 82/81.

(Protoc. n.º 1020).

Palácio "XIX de Dezembro", em 17/03/82

JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 65/82

I — exonerar LAUDICEA RIEIRA DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assistente de Cerimonial, deste Poder,

II — revogar o item II, do Decreto Legislativo n.º 039/81, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 066/82

I — prover LYNCOLN CARNEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Augusto Carneiro; e,

II — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

Palácio "XIX de dezembro", em 18/03/82

JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

PORTARIA N.º 64/82

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

designar MARTHA CARVALHO LORENSINI, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Presidência, até 31 de março de 1982.

PORTARIA N.º 65/82

designar MÁRIO SIDNEY CORDEIRO, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Departamento Administrativo, no período compreendido entre 12 a 31 de março do corrente ano.

(Protoc. n.º 1467).

Gabinete da Diretoria Geral, em 17/03/82

PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS

DIRETOR GERAL